

ATA DA 024ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2012  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 16h31, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Carlos Chiodini - Cesar Souza Junior - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero fazer um apelo a v.exa. O eminente deputado Dóia Guglielmi, que é o relator do projeto de autoria de v.exa., propõe a consulta para a escolha dos diretores das escolas estaduais. E se votarmos ainda este ano, teremos condição de fazer esse procedimento moderno no ano que vem. Caso contrário, se votarmos somente no ano que vem, a lei valerá para o ano seguinte, e esse projeto é importante.

O deputado Nilson Gonçalves é de Joinville e sabe que não tenho mais condições nem vontade e nem tenho feito a indicação de diretores de escola porque, sinceramente, isso significa uma agressão ao meio acadêmico.

Portanto, fica aqui o meu apelo ao relator, deputado Dóia Guglielmi, no sentido de apreciarmos esse projeto ainda este ano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Votação da redação final dos Projetos de Lei Complementar n.s 0034/2012; 0014/2012; 0031/2012; 0003/2012; 0260/2012; 0280/2012; 0285/2012; 0349/2012; 0380/2012; 0388/2012; 0343/2012; 0364/2012; 0574/2012; 0370/2012; 0330/2012; 0255/2012; 0171/2012; 0101/2012; 0082/2012; 0034/2012 e 0024/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Informo aos srs. deputados que teremos reunião em separado da CCJ e da comissão de Finanças e Tributação, a partir deste momento, nas salas de reuniões das comissões.

Com a palavra o deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente e srs. deputados, tivemos a oportunidade, no ano de 2012, como presidente da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas, de esboçar à sociedade catarinense um relatório minucioso da questão das drogas em Santa Catarina.

Tivemos oportunidade nesta manhã de concluir o novo relatório, agora ligado à combinação do álcool e direção, no estado de Santa Catarina. Fizemos uma radiografia, uma pesquisa junto ao Ministério Público e a todos os municípios, que foi elaborada com a finalidade de analisar no que se refere à associação do consumo de bebidas alcoólicas com a condução de veículos automotores num levantamento estatístico para mensurar também a ação do estado nessas questões.

Além de termos um levantamento quantitativo, também nos permitiu medir a ação de fiscalização dessa trágica combinação álcool e direção, quer do

ponto de vista administrativo, quer do ponto de vista judicial.

Apenas para v.exas. terem uma noção desses dados, de 1º de janeiro a 12 de dezembro de 2012, tivemos em Santa Catarina 11.638 motoristas autuados pela associação de álcool e direção. Sendo que desses tivemos um processo de suspensão da CNH instaurado para 3.253 motoristas.

É interessante, deputado Jean Kulhmann, que Blumenau foi o município que mais apresentou dessas 3.562 autuações das dez cidades que lideram o *ranking* dos motoristas infratores. Está em primeiro lugar com 924 autuações; Florianópolis, 466; Jaraguá do Sul, 445; Joinville, 407; Chapecó, 311; Balneário Camboriú, 250; Rio do Sul, 240; Itajaí, 191; Criciúma, 174; São Bento do Sul, 154. Portanto, um total de 3.562 autuações de motoristas infratores pela combinação álcool e volante, em 2012.

Naturalmente quando vemos que o município de Blumenau tem 924, quase o dobro da capital, precisamos lembrar de que isso também implica que houve uma presença maior das autoridades que atuaram de forma mais precisa e intensa na repressão.

E outro dado interessante para lembrar os nossos catarinenses é que em Santa Catarina apenas 73 municípios possuem equipamentos para fazer bafômetros em perímetro urbano do estado do nosso estado, o que dificulta um pouco a atuação das autoridades, em especial da Polícia Militar.

Nós buscamos também, junto ao Ministério Público, algumas informações, principalmente por denúncias, por crime de trânsito, que foram, de uma forma ou de outra, protocoladas pelo Ministério Público após setembro de 2010, porque antes disso não havia essa ferramenta no estado de Santa Catarina. E, portanto, nesse período chegamos a alguns levantamentos, principalmente, de setembro de 2010 a junho de 2011.

O Ministério Público do estado de Santa Catarina fez denúncias por crime de trânsito envolvendo a questão de embriaguês de, pelo menos, 4.326 motoristas no estado de Santa Catarina, o

que nos leva a algumas conclusões preliminares, sobre as quais estamos trabalhando, para no próximo mês de janeiro de 2013 disponibilizarmos aos catarinenses um relatório pleno e completo desse cenário. Mas é interessante lembramos aqui algumas informações.

Percebemos, a partir desses dados levantados, segundo o Ministério Público denunciou, que crimes relacionados à combinação álcool e direção acontecem com uma frequência de sete motoristas por dia em nosso estado. E um dado mais preocupante desse relatório mostra que a cada seis dias sete motoristas em Santa Catarina são denunciados pelo crime de homicídio, além de um motorista denunciado por crime de lesão corporal diariamente.

Ainda é bom lembrar que, segundo esse relatório que a Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas está preparando, o Judiciário catarinense condenou, em média, cinco motoristas por crimes de trânsito todos os dias nos últimos dois anos em Santa Catarina.

Portanto, chegamos à conclusão de que o trânsito nas rodovias do estado tem tirado não apenas a vida dos catarinenses, mas 70,05% das denúncias criminais feitas pelo Ministério Público, por exemplo, no ano passado, 2011, estão relacionadas à embriaguês ao volante, o que torna pertinente analisar as políticas públicas de prevenção e fiscalização.

O estado, como disse, dispõe para fiscalização em perímetro urbano, nos seus 295 municípios, de apenas 131 bafômetros, uma média de 29.896 veículos para cada equipamento.

Essas são algumas das informações que estamos preparando em relatório para compartilhar com a sociedade catarinense, trazendo também para este Parlamento o debate e a responsabilidade que todos nós, catarinenses, temos no combate e na prevenção principalmente no que diz respeito a essa trágica combinação de álcool e direção nas estradas do estado de Santa Catarina.

Era isso que tínhamos para hoje, sr. presidente!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha através da Rádio Alesc Digital e da TVAL, queremos registrar, no dia de hoje, que na última semana tivemos, na capital, um ato de entrega de ônibus escolares.

O governo federal lançou, num período atrás, o programa Caminhos da Escola, sendo que se tem investido muitos recursos na área do transporte escolar.

Nós, que somos oriundos de pequenos municípios, temos visto a dificuldade que existe no transporte dos nossos alunos para a escola no interior do município, principalmente nas comunidades distantes. Há muitos problemas nas estradas do interior, principalmente no inverno, em dias de chuva. E o governo federal, através desse programa, sr. presidente, tem investido muitos recursos. Foram investidos em torno de R\$ 17,5 milhões, através do governo do estado, sendo que o estado entra com uma pequena contrapartida nesse projeto de entrega de ônibus que ocorreu no Palácio do Governo, na última sexta-feira, na parte da manhã.

Então, quero ressaltar a importância desse programa Caminhos da Escola, que traz uma condição digna às nossas crianças, principalmente àquelas que vivem mais distantes das escolas, pois assim elas podem se deslocar com qualidade. Há ônibus, inclusive, adaptados para pessoas com deficiência física para terem mais tranquilidade e qualidade de vida no transporte para a escola.

Temos visto, deputado Nilson Gonçalves, ônibus de má qualidade nas comunidades do interior do nosso estado, e esses ônibus que foram entregues nessa última semana, com certeza, pelo número de ônibus e pelo valor dos recursos, são de boa qualidade e haverá melhoria no transporte

escolar das nossas crianças do nosso estado de Santa Catarina.

Além disso, precisa ser destacada também essa demora na liberação desses ônibus. Durante mais de cinco meses esses ônibus ficaram parados aqui na capital por problemas de encaminhamentos burocráticos e por outros problemas sérios que houve por parte da secretaria da Educação para que esses ônibus pudessem ser entregues aos municípios.

Com certeza, esses ônibus já poderiam estar há muito tempo transportando com mais dignidade e respeito as nossas crianças para a escola pelo estado afora.

Então, precisa ser registrado também que tivemos muitas visitas e muita cobrança por parte dos prefeitos dos nossos municípios que receberam esses ônibus. Eles precisavam desses ônibus, mas eles ficaram quase meio ano parados aqui na capital, não prestando serviço à população.

Assim, de fato essa foi a parte ruim dos encaminhamentos da entrega desses ônibus. Hoje ainda o prefeito de Planalto Alegre, Edgar Rohrbeck, foi para o oeste num ônibus escolar que a prefeitura recebeu para fazer o transporte escolar naquele município.

Então, era este o registro que eu queria fazer aqui, ressaltando, mais uma vez, a importância desse programa do ministério da Educação, sendo que o governo federal repassou mais de R\$ 17 milhões para o estado.

Além disso, sr. presidente, quero registrar que, neste momento, temos aqui a presença de um grande número de servidores públicos estaduais. Gostaria, inclusive, de dizer que o deputado Volnei Morastoni estava inscrito para falar, mas se atrasou um pouco, pois está recebendo a documentação dos diversos sindicatos das organizações, que estão aqui lutando para que o estado apresente o projeto de reajuste da data-base. E ficou estipulado em lei aprovada por esta Casa que janeiro é a data-base de reajuste salarial dos trabalhadores do serviço público catarinense.

Então, há essa cobrança, sr. presidente, de uma injustiça muito grande que se cometeu por parte do Executivo, por parte do governo do estado, como os analistas técnicos em gestão educacional que não receberam a incorporação de uma gratificação que outros trabalhadores do nosso estado, e principalmente os que trabalham no prédio central da Secretaria da Educação, receberam há mais de um ano.

Essas pessoas estão aqui hoje, inclusive com suas faixas, novamente reclamando por tantas vezes que já estiveram aqui, reclamando e cobrando uma ação justa, porque no nosso entendimento e no entendimento dos trabalhadores e do sindicato, Sintesp, há uma injustiça clara quando se dá uma incorporação de uma valorização, de um abono, para os trabalhadores que estão na Secretaria Central da Educação, e os trabalhadores que estão pelo estado afora, cumprindo uma função, atendendo à população catarinense, não receberam esse abono, essa incorporação.

Então, sr. presidente, os trabalhadores estão mais uma vez aqui, estão em estado de greve, estão mobilizados em todas as regiões, principalmente pessoas que trabalham lá nas regionais de educação, trabalham nos Cedups, em outros espaços, e que não receberam essa gratificação.

É esse assunto que trago neste momento, sr. presidente, e o deputado Volnei Morastoni está recebendo documentação dos trabalhadores e das trabalhadoras catarinenses. Nós sempre temos cobrado aqui que eles precisam ser valorizados.

Estamos vendo a situação caótica por que passa a saúde neste momento, onde de fato a greve demonstra e traz à tona uma situação que já vivíamos, acompanhávamos e denunciávamos aqui há muito tempo, que de fato a saúde de Santa Catarina, o serviço público, os nossos hospitais importantes, está com problemas sérios, e agora a greve de fato demonstra isso mais uma vez.

Não só por causa da greve, mas devido a uma situação de descaso do governo estadual com a saúde do povo catarinense, mais uma vez está aí a situação, e não queremos que isso aconteça com

outros trabalhadores. E mais, como no caso dos agentes prisionais que estão aí em luta, estão reivindicando os seus direitos, estão reivindicando uma qualidade de vida melhor, um tratamento melhor, para poder cumprir a sua função.

Então, esperamos que esses encaminhamentos aconteçam ainda esta semana, para que possamos tranquilizar os nossos trabalhadores e trabalhadoras do serviço público catarinense, que prestam um serviço para a população no dia a dia, em todos os municípios do estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, presidente.

Quero registrar com satisfação a presença do Beto Faria, vice-prefeito de Canoinhas e prefeito eleito de Canoinhas, e do vereador Célio.

Presidente Nilson Gonçalves, quero aqui informar a todos os parlamentares e aos telespectadores da TVAL que visitei o deputado Antônio Aguiar no sábado. Ele fez uma cirurgia delicada, mas muito bem sucedida, no hospital Sírio Libanês, em São Paulo.

Ele está bem, tranquilo, sereno, e com certeza no dia 02 de fevereiro estará aqui, se Deus quiser, neste Parlamento, trabalhando por Santa Catarina.

Ele mandou um abraço a todos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Muito obrigado, deputado Darci de Matos.

Sua mensagem foi muito importante para todos nós, e desejamos ao deputado Antônio Aguiar um pronto restabelecimento e que possa reassumir as suas funções neste Parlamento a partir de fevereiro do próximo ano.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Volnei Morastoni, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, quem nos assiste pela TVAL, irei me manifestar hoje na condição de presidente da comissão de Saúde desta Casa.

Acabei de receber de dezenas de sindicatos e de outras entidades representativas de nosso estado um requerimento para que apresente a este Parlamento a proposta de instalação de uma CPI, Comissão Parlamentar de Inquérito, para tratar sobre a questão das organizações sociais e outros encaminhamentos.

Irei ler o final do requerimento que diz:

(Passa a ler.)

"Diante do exposto passam a requerer a v.exa. que se adotem as providências regimentais cabíveis para a abertura e instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito com o propósito de investigar os atos decorrentes dos contratos de gestão firmados com as Organizações Sociais (OSs) para fins de execução de serviços públicos de saúde em Santa Catarina, assim como investigar a aplicação de recursos públicos em saúde para fins de verificação do cumprimento das obrigações constitucionais e legais."

Esse requerimento subscrito pelas entidades de nosso estado tem a seguinte fundamentação:

(Continua lendo.)

"O Ministério Público de Santa Catarina obteve medida liminar para suspender a execução do contrato por intermédio do qual o estado de Santa Catarina passa à Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina a gestão de todo o Serviço Móvel de Urgência (SAMU) catarinense - que não possui nem mesmo endereço em Santa Catarina e não tem em seus quadros o corpo técnico exigido para a prestação do serviço.

A qualificação para enfrentamento das urgências, seja de motoristas socorristas, de técnicos auxiliares em regulação médica, de enfermeiros ou médicos, não acontece da noite para o dia. É alvo de questionamento pelo Ministério

Público a capacidade financeira da contratada que possui 2,9 mil títulos protestados em cartórios paulistas, a maioria pelo não pagamento de fornecedores, no valor de R\$ 6,5 milhões.

A promotora de Justiça Sônia Piardi apresenta também a informação de que o contrato entre a Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM) e a prefeitura de São Paulo foi vetado pelo Tribunal de Contas, devido às irregularidades na prestação do serviço. Na ação Sônia anexa ainda processos judiciais, inquéritos civis e procedimentos do Ministério Público do Estado de São Paulo e do Ministério Público Federal que investigam a atuação do SPDM.

A secretaria de estado da Saúde firmou contrato no valor de R\$ 35 mil mensais com um dos suspeitos de desvio de mais de R\$ 20 milhões de verbas públicas na saúde de Pernambuco. O contrato foi firmado, em fevereiro de 2012, com o sr. Jonei Lunkes que, após os escândalos envolvendo sua empresa de consultoria, no Rio Grande do Norte, a JRN Consultoria, abriu outra empresa de consultoria em Concórdia, chamada de Consaúde, a qual foi contratada pela Secretaria Estadual para prestar consultoria nas unidades hospitalares de Santa Catarina.

Em Pernambuco, a operação Assepsia do Ministério Público mostrou que Jonei Anderson Lunkes recebeu o pagamento de R\$ 22 mil mensais como consultor informal do Instituto Pernambucano de Assistência e Saúde, organização social contratada pelo estado de Pernambuco. Contudo, segundo as investigações, trata-se de uma consultoria fictícia, servindo esse contrato apenas para justificar o pagamento indevido pelo poder público a esse particular que dava expediente na Secretaria Municipal de Saúde para tratar de assuntos das organizações sociais."

Um terceiro ponto, sr. presidente, que as entidades apresentam para justificar esse requerimento:

"O Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e o Grupo Antissequestro de Sorocaba deflagraram, na manhã dessa terça-

feira, 11/12/2012, a operação 'Atenas', em Itapetininga (SP). A ação que vai cumprir 11 mandados de prisão temporária e 18 de busca e apreensão investiga um grupo criminoso que usava duas associações civis de fachada como forma de desviar recursos públicos destinados à área da saúde.

Segundo o Ministro Público, a quadrilha se valia de lobistas, financiamento de campanhas de agentes políticos e pagamento de propina a servidores para direcionar contratos públicos fraudulentos às organizações que atuavam sob os nomes de Sistema de Assistência Social e Saúde (SAS) e Instituto SAS (...). Além do contrato com a Prefeitura Municipal de Itapetininga, o SAS mantinha Termos de Parceria ou Contratos de Gestão com os Municípios de São Miguel Arcanjo, São Paulo, Americana, Araçatinguama e Vargem Grande Paulista - todos no Estado de São Paulo -, além dos municípios do Rio de Janeiro (RJ) e Araranguá (SC)"[...] [sic].

O Hospital Regional de Araranguá está também sob a gestão dessa organização social. São os dados que fundamentam inclusive esse último relato que acabei de fazer para os que assistiram no último domingo à matéria do *Fantástico*, da Rede Globo, justamente essa situação dessa organização social pelos crimes praticados em São Paulo.

Portanto, esses pontos fundamentam o pedido de requerimento que acolho como presidente da comissão de Saúde desta Casa, e elaborado o requerimento vou solicitar agora aos srs. deputados, porque precisamos de 14 assinaturas dos srs. deputados para poder apresentar oficialmente ainda no dia de amanhã esse requerimento à votação em Plenário, para que possa apoiar a aprovação dessa CPI, a instalação dela para ir buscar as informações e averiguações necessárias, que entendo que é para o bem da saúde de Santa Catarina e com o intuito de buscar informações que possam até subsidiar o governo do estado para que tenha cautela, muita cautela nessa questão das organizações sociais.

Pela comissão de Saúde realizamos audiências públicas diversas que debateram essa questão do intento do governo de passar serviços de saúde do estado para organizações sociais, assim como realizamos audiência específica para essa finalidade, bem como realizamos audiência específica em Araranguá para discutir especificamente a situação do Hospital Regional de Araranguá, pois a comunidade regional ansiava por assumi-lo com as suas próprias condições; no entanto, a secretaria estadual de Saúde, o governo do estado, fez a opção por organização social.

Temos observado que muitos aventureiros vêm de várias partes do Brasil sob essa denominação, sob a chancela de organização social, como se isso fosse por si só uma salvaguarda para poder aqui se instalar no estado para gerenciar, administrar, comandar os nossos hospitais.

Por isso, como presidente da comissão de Saúde recomendo e solicito o apoio de todos os parlamentares desta Casa para que possamos instalar essa CPI e possamos buscar todas as informações necessárias para aprimorar com certeza a gestão da saúde em nosso estado, pois entendo ser essa a perfeita sintonia com os interesses do povo do nosso estado.

Obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais oradores inscritos, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, agradece ao pessoal da Polícia Militar, que trabalhou na Casa dando a devida segurança aos funcionários e parlamentares, também aos funcionários que trabalharam no plenário, aos nossos assessores da Mesa Diretora, que deram condições de executar o nosso trabalho a contento, ao pessoal da TVAL, ao pessoal da imprensa, aos telespectadores que acompanharam a sessão através da TVAL, ao público em geral e, convoca outra, ordinária, para amanhã, às 10 horas, com a

seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.